

# REINTERPRETANDO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE: UMA PERSPECTIVA DA AÇÃO COLETIVA DO MOVIMENTO BRASILEIRO DE PROSTITUTAS<sup>1</sup>

REINTERPRETING BODY, GENDER AND SEXUALITY: A  
COLLECTIVE ACTION PERSPECTIVE OF THE  
BRAZILIAN MOVEMENT OF PROSTITUTES

PATRICIA JIMENEZ REZENDE<sup>2</sup>  
MESTRE EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**Resumo:** Este artigo apresenta a política simbólica do movimento social de prostitutas no Brasil, iniciado nos anos 1980, no contexto da redemocratização e da politização da sexualidade. Com base na teoria do confronto político, são adotados os conceitos de enquadramento interpretativo e identidade coletiva para analisar os significados sociais e os símbolos culturais utilizados pelo movimento para redefinir a noção de prostituição e do que é ser prostituta. Para tal, foram analisadas as interpretações da realidade e as formas como as ativistas/prostitutas têm transmitido publicamente essas novas interpretações.

**Palavras-chave:** movimentos sociais, ação coletiva, confronto político, prostituição, movimento social de prostitutas

**Abstract:** This article presents the symbolic politics of the social movement of prostitutes in Brazil started in the 1980s, in the context of democratization and politicization of sexuality. Based on the theory of the political confrontation, the concepts of interpretive framework and collective identity are adopted to analyze the social meanings and cultural symbols used by the movement to redefine the notions of prostitution and of being a prostitute. For such, the interpretations of reality were as well analyzed as the ways in which activists/prostitutes have publicly broadcast these new interpretations.

**Keywords:** social movements, collective action, political confrontation, prostitution, prostitutes social movement

---

<sup>1</sup> Este artigo é resultado da pesquisa Prostituição e ação coletiva: um estudo do movimento social de prostitutas no Brasil, desenvolvida de 2010 a 2012 sob a orientação da Profa. Dra. Débora Alves Maciel (UNIFESP) e com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através do programa de Iniciação Científica-PIBIC. Tal pesquisa também resultou na Monografia Construindo pontes do meretrício ao ativismo político: o movimento de prostitutas no Brasil, trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo, apresentado em 2013.

<sup>2</sup> Mestre em ciências sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp, Brasil) e graduada em ciências sociais pela Unifesp. E-mail: [pjr1702@gmail.com](mailto:pjr1702@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

As mobilizações coletivas das prostitutas estão inseridas em um processo mais amplo de politização das questões do corpo, da sexualidade e do gênero que, ao longo da redemocratização brasileira, envolveu também feministas homossexuais e travestis. A partir de uma investigação baseada em técnicas de pesquisa qualitativa, foi realizado um levantamento de dados para, com base na teoria do confronto político, conhecer a formação e as características do movimento nacional de prostitutas, impulsionado pela criação da Rede Brasileira de Prostitutas, em 1987. Para tal, o material utilizado é constituído por variadas fontes documentais<sup>3</sup> e por entrevistas<sup>4</sup> realizadas com lideranças chave do movimento. O universo desta investigação encontra-se resumido em 29 organizações que fazem parte do movimento de prostitutas nacional e estão dispersas ao longo do território nacional. Entre elas a Rede Brasileira de Prostitutas (RBP) e a Federação Nacional de Trabalhadoras do Sexo (FNST), assim como associações, sindicatos e organizações não governamentais filiados a ambas.

O enfoque deste artigo está nas noções de corpo, gênero e sexualidade reinterpretadas na política simbólica do movimento nacional de prostitutas, com base nos conceitos de enquadramento interpretativo e de identidade coletiva. Desta forma, são as campanhas, como a “Não use drogas, transe com uma prostituta”; os encontros nacionais de prostitutas; e projetos, como “Sem Vergonha”; que fornecem a sustentação para esta análise.

Os sentimentos e emoções, negligenciados por um longo período na bibliografia da teoria dos movimentos sociais, nas duas últimas décadas aparecem mais cuidadosamente problematizados. Desde a década 50 até os anos 90 as emoções, tão pulsantes nos movimentos sociais, foram abordadas por diferentes prismas e gradientes – de patologia e motivações plenamente irracionais a cálculos e esquemas racionalmente planejados de exibição de valores e sentimentos – (GOODWIN; JASPER e POLLETTA, 2000; JOHNSTON e OLIVER, 2000; SNOW, 2004). Mais recentemente, esse dualismo das emoções no ativismo político foi ressaltado, mas não polarizado. Dentro da teoria do confronto político, *frames* ou quadros interpretativos (como tem sido traduzido na literatura nacional) e identidade coletiva correspondem às mobilizações simbólicas dos movimentos sociais. Tais conceitos são adotados para investigar as dimensões discursivas e emotivas das mobilizações políticas (JOHNSTON e OLIVER, 2000; TARROW, 2009).

Movimentos sociais procuram substituir crenças e identidades dominantes que legitimam o *status quo* por crenças e identidades alternativas capazes de alavancar e sustentar a ação coletiva para a mudança. Isto é, as dimensões subjetivas, afetivas e de cunho cultural das ações

---

<sup>3</sup> Na literatura secundária; websites, por exemplo, da RBP, da Davida, do NEP e do GAPA; blogs, como o da APROCE e da APROSVI; panfletos, como o panfleto do Projeto Profissionais do sexo feminino e prevenção à DST/HIV/Aids; periódicos e revistas; jornais, por exemplo o Jornal Beijo da Rua; livros autobiográficos, como o livro “Filha, mãe, avó e puta” de Leite (2009); teses de mestrado e doutorado; e arquivos eletrônicos de associações que compõem o movimento.

<sup>4</sup> Para complementar os dados obtidos foram realizadas entrevistas com lideranças chave do movimento, a partir de um roteiro previamente confeccionado. Para a confecção do roteiro de entrevista, optou-se metodologicamente por entrevistas semiestruturadas, devido proporcionarem maior autonomia às entrevistadas. O artigo resguarda o anonimato das fontes.

políticas do movimento. Neste sentido, o artigo busca entender como os valores e crenças defendidos pelo movimento nacional de prostitutas vêm sendo mobilizados e ganham forma na ação coletiva expressa e veiculada em campanhas públicas, encontros e projetos, ao longo das duas últimas décadas.

A política simbólica do movimento nacional de prostitutas tem se dirigido para a redefinição das situações de injustiça e de estigmatização social e para a construção de uma identidade coletiva, que de vítima transmuta para sujeito de direitos sexuais e cidadania. A noção de direitos humanos foi incorporada à pauta do movimento, desde os anos 1990, para afirmar o direito de ser prostituta, o direito sobre o próprio corpo, assim como o direito à profissionalização da prostituição. Essa afirmação da identidade política é acompanhada por campanhas e mobilizações de forte apelo simbólico nas representações do corpo, da sexualidade e do gênero femininos, que mesclam erotismo, despudor e ironia. O enquadramento interpretativo e de identidade coletiva vêm ganhando novo sentido político e cultural. Desde a última década deixaram de ser meramente reativos ao controle social e policial, ou às visões religiosas e morais tradicionais da prostituição, para desafiar imagens e interpretações da mulher prostituta como vítima passiva, seja do desejo sexual masculino ou das situações de privação socioeconômica.

Portanto, são observadas dimensões da ação coletiva, tais como: as interpretações da prostituição como problema social e as soluções propostas pelas ativistas; as redefinições simbólicas do ser prostituta e do ser mulher e de seus interesses e direitos. Tais dimensões são observadas nas bandeiras, *slogans*, documentos e nas formas de ação política adotadas pelos ativistas junto à sociedade (uso da mídia e alianças com outros movimentos sociais) e nos poderes políticos (*lobbies*, parcerias com as agências estatais, etc.). Ou seja, quais as formas de mobilização cognitiva as prostitutas têm utilizado para se comunicarem com a sociedade e construírem novas semânticas em torno de sua identidade coletiva e suas práticas.

## ENFOQUE TEÓRICO

Segundo o modelo teórico do confronto político, um movimento social consiste em uma interação sustentada que ao longo de alterações nas oportunidades e restrições políticas elege repertórios de ação coletiva (já conhecidos ou novos) estrategicamente por seus participantes e líderes, para entrarem em confronto com seus opositores. Desta maneira, é incitado um contexto de oportunidades para demais grupos, possibilitando a transformação de um ato isolado em ciclos de confrontos político (MCADAM; TARROW e TILLY, 2009; TILLY, 2010).

Quando criadas identidades coletivas, signos e significados compartilhados em torno de redes sociais, organizações e outras estruturas conectivas, isto é, estruturas de mobilização, é que se torna possível que os confrontos sejam sustentados e assim manifestações isoladas tornam-se movimentos sociais (MCADAM; TARROW e TILLY, 2009; TILLY, 2010).

O artigo se deterá, no entanto, nas mobilizações simbólicas do movimento nacional de prostitutas, que são como os movimentos sociais criam e recriam novas semânticas para signos e símbolos sociais pré-estabelecidos e naturalizados socialmente. Isto é, como os movimentos

redefinem determinadas situações e significados sociais por meio da construção de novas interpretações da realidade e de novas identidades coletivas, e as formas como transmitem publicamente essas novas interpretações para a sociedade. Daí as noções de enquadramento interpretativo e identidade coletiva, cada qual com uma interpretação de cultura. O conceito de quadro interpretativo apoia-se numa concepção de cultura como “*sistema de significados*” e trata das formas como os movimentos sociais constroem e veiculam significados, interpretações e emoções nos processos de conflito social e político. Já o segundo conceito refere-se à “*base da identidade social e política*”, e diz respeito às características em comum que transformam indivíduos diferentes em membros de um mesmo grupo solidário sustentado ao longo do tempo (MELUCCI, 1989; TARROW, 2009: 154).

Os quadros interpretativos englobam as características culturais dos movimentos sociais. Eles dizem respeito aos significados criados internamente aos movimentos, que possibilitam a comunicação com seus opositores e o público, ao mesmo tempo em que justificam e impulsionam a ação coletiva através de “*dispositivos enfatizadores*”, que intensificam as emoções e sentimentos (ora de injustiça, ora de insatisfação e etc.). Desta forma, tornam situações até então suportadas em situações detonadoras de insurreições e conflitos. Portanto, os quadros interpretativos são condizentes com as estratégias adotadas pelos movimentos perante determinados contextos e suas receptividades, e por isso não são estáticos e nem permanentes. Não por menos, observa-se que o quadro interpretativo do movimento de prostitutas possui três importantes momentos de remodelação, conforme será apresentado a seguir (DYKE e TAYLOR, 2004; TARROW, 2009).

O conceito de identidade coletiva se dá junto à noção de pertencimento a um grupo, e por isso o conceito de identidade deve ser entendido baseado na ideia de redes interpessoais e organizacionais, visto que possui um caráter relacional e não estático. A identidade não necessariamente é estanque e permanente, mas pode variar de acordo com o contexto e as possibilidades vivenciadas e percebidas pelos movimentos sociais. Deste modo a noção da identidade coletiva se dá quando seus integrantes se encontram envoltos pelos mesmos discursos culturais e compartilham significados, ou seja, as identidades coletivas são construídas em acordo com os enquadramentos interpretativos dos movimentos. A identidade coletiva é construída a partir de características em comum dos membros de um mesmo grupo, condição para que os movimentos produzam solidariedade interna e consigam agir de forma coesa e unificada em determinadas situações (MELUCCI, 1989; TARROW, 2009).

## CONTEXTO POLÍTICO, PROSTITUIÇÃO E AÇÃO COLETIVA

No contexto nacional e internacional, da década de 1970, prostitutas se rebelavam contra o seu lugar na sociedade, tão fortemente marcado pelo preconceito, discriminação e, como consequência destes, pela violência. A fundação da organização *Call off Your Old Tired Ethics* (COYOTE), por Margot St. James, inaugurou o movimento de prostitutas norte americano. No continente europeu, na Suíça, foi lançado o Centro Internacional de Documentação sobre a Prostituição e, na França, discutiu-se a fundação do Comitê Internacional pelos Direitos das Prostitutas (ICPR) (BRASIL, 1996). Episódio emblemático do levante de prostitutas, no dia 2 de

junho de 1975, foi transmitido para o mundo, por diversos meios de comunicação, o abrigo de 150 prostitutas pela Igreja *Saint-Nizier*, em *Lyon*, enquanto outras 200 prostitutas ocupavam as ruas distribuindo panfletos, como forma de protesto contra maus tratos, repressão policial, a não valorização da prostituição enquanto trabalho e criminalização do rufianismo<sup>5</sup>. A data, 2 de junho, ganhou destaque como Dia Internacional da Prostituta. Mais tarde, com a consolidação do movimento brasileiro de prostitutas, a data foi lembrada com o “Putá Dei”<sup>6</sup> (CUNHA, 2011).

No contexto nacional, o final da década de 1960 e início da década de 70, marcado a ferro e fogo pela ditadura, usurpou os direitos políticos e individuais da população e deflagrou um contexto de grande repressão e controle estatal sobre a liberdade política e moral (FACCHINI e SIMÕES, 2009). Prostitutas não foram eximidas deste controle, pelo contrário, na Boca do Lixo<sup>7</sup> durante o dia os prédios de prostituição eram invadidos por policiais de forma recorrente. No período noturno era instaurado toque de recolher às vinte e duas horas e qualquer mulher que não cuidasse de seus horários poderia ser presa por vadiagem (LEITE, 2009).

No final da década de 70 o regime militar passava por um momento de instabilidade, sofria com suas divisões internas entre militares “linha dura” e “brandos”. Os anos 80 vieram marcar o início do período de redemocratização brasileiro, caracterizado pela crescente abertura política. Nesta esteira, o Brasil das décadas de 70 e 80 foi lugar de efervescentes manifestações. Emergem no país movimentos de contracultura e movimentos sociais diversos, como o movimento sindical, popular, ambientalista, de homossexuais, de travestis e de prostituta. Outros movimentos há tempos apagados reapareciam repaginados, por exemplo, o movimento feminista e o negro (FACCHINI; SIMÕES, 2009).

No final da década de 1970, centenas de prostitutas, travestis, donos de bares, garçons e cafetinas da Boca do Lixo e da Boca do Luxo<sup>8</sup> se uniram e foram, à luz do dia, até a Praça da Sé em São Paulo para protestarem contra os abusos policiais, que alguns dias antes se sobrepujaram com o desaparecimento de duas prostitutas levadas de camburão por policiais. Mesmo com intensa repressão contra as prostitutas, imprensa e artistas apoiaram a manifestação. Maria Ruth dos Santos Escobar (1935), atriz, produtora cultural e ativista feminista, ofereceu seu teatro para uma plenária, coberta pela imprensa, na qual foram expostos vários relatos de prostitutas que sofriam abusos policiais. Apesar de tal episódio não ter se sustentado por um longo prazo, resultou no afastamento de um delegado de seu cargo (LEITE, 2009).

Assim a vida voltou ao normal, no que tinha de bom e de ruim. As prostitutas voltaram a se recolher, fecharam a boca e fizeram silêncio.

---

<sup>5</sup> O rufianismo é o ato de tirar proveito, lucrar com a prostituição de outrem. O ator da ação é o rufião ou rufiã, vulgo cafetão e cafetina.

<sup>6</sup> Uma sátira do que seria o “Putá Day”.

<sup>7</sup> Ponto de prostituição de rua, localizado no bairro da Luz em São Paulo. A região é conhecida atualmente como a cracolândia de São Paulo.

<sup>8</sup> Ponto de prostituição de luxo, localizado no bairro da República em São Paulo, basicamente composto por casas de prostituição e boates de shows eróticos (LEITE, 2009).

Afirmavam mais uma vez que prostituta não tem que falar nada, afinal é prostituta. (...) (LEITE, 2009, p. 76).

No entanto, um evento reivindicativo, por mais que bem-sucedido, se transitório e isolado não é condição suficiente para a formação de um movimento social, apesar de poder ser considerado indicativo de sua formação (TARROW, 2009). Não por menos, passados aproximados dez anos do episódio se formou a Rede Brasileira de Prostitutas.

Concomitantemente ao período de redemocratização brasileira, eclodia no país e na América Latina a epidemia do vírus da Aids/HIV<sup>9</sup>. As discussões incitadas na academia e na política sobre sexualidade reverberaram suas atenções para os classificados grupos de risco: prostitutas, travestis, usuários de drogas e homossexuais. Grupos identificados como mais vulneráveis ao contágio do vírus e apontados como maiores responsáveis pela disseminação da Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis (ALVAREZ; RODRIGUES, 2001 e FACCHINI; SIMÕES, 2009).

Os estereótipos negativos e a discriminação que os membros desses grupos [homossexuais, travestis e prostitutas] têm de confrontar cotidianamente foram reforçados por tal concepção que, em consequência, foi alvo de forte contestação por parte dos mesmos. Paralelamente, o avanço das pesquisas no campo do HIV/Aids levou à superação desse enfoque dando lugar, hoje, a abordagens que privilegiam a discussão de práticas e comportamentos sexuais enquanto construções sociais (ALVAREZ e RODRIGUES, 2001, p. 189).

Embora tal classificação tenha acarretado uma forte onda de repressão e crítica sobre a conduta de determinadas categorias, também possibilitou que, através de organizações voltadas à prevenção e ao combate de DSTs e Aids/HIV, prostitutas, homossexuais e travestis ganhassem maior visibilidade dentro da esfera pública (ALVAREZ; RODRIGUES, 2001 e FACCHINI; SIMÕES, 2009).

Se a epidemia da Aids/HIV serviu para legitimar o lugar marginal e a discriminação das prostitutas - omitindo um julgamento moral baseado nas práticas sexuais normatizadas - também possibilitou que prostitutas entrassem em contato com novos grupos e realizassem alianças influentes como, por exemplo, com o movimento de homossexuais e de travestis. Mediante as agitações políticas e sociais do final dos anos 70 e início dos anos 80, o movimento de prostitutas delineou-se, sobretudo, com o apoio de organizações nacionais e internacionais religiosas e da área da saúde pública, como o Instituto de Estudos da Religião (ISER), a Pastoral da Mulher Marginalizada e as ONGs internacionais Inter-Aids e Aids'Cap<sup>10</sup>.

O ISER, organização da sociedade civil, ligado principalmente à causa dos direitos humanos e da democracia e que promove o diálogo entre movimentos sociais, políticas públicas

---

<sup>9</sup> Siglas que representam, em inglês, à síndrome e ao vírus causador da imunodeficiência (FACCHINI e SIMÕES, 2009).

<sup>10</sup> Tanto a ONG Inter-Aids quanto a ONG Aids'Cap não atuaram apenas no Brasil, mas também em demais países da América do Sul e da África. Com ações voltadas tanto para a saúde quanto para a educação de grupos considerados em situações de vulnerabilidade (ALVAREZ e RODRIGUES, 2001).

e a academia<sup>11</sup>, inaugurou o Programa de Prostituição e Direitos Civis, uma das primeiras articulações de Gabriela Leite<sup>12</sup> em prol do movimento de prostitutas. Programa este que proporcionou bases para a formação da Associação de Prostitutas do Rio de Janeiro (APRJ), em 1987, (MORAES, 1995) e do Projeto Ninho Cearense, ligado à Igreja Católica, que atuou junto às prostitutas do Ceará através de ações voltadas para a educação sexual, cursos profissionalizantes, aconselhamentos, entre outras formas, articulando prostitutas em torno de debates sobre a condição de sua categoria (CARLOS e SÁ, 2011).

No momento de composição do quadro de integrantes do Programa Prostituição e Direitos Civis, já se formavam algumas das lideranças nacionais do movimento de prostitutas, a maioria já advinda de outras entidades que atuavam junto à categoria, sobretudo, ligadas à Igreja Católica, como a Pastoral da Mulher Marginalizada. Gabriela Leite também foi ligada à Pastoral anteriormente ao Programa, porém assim como Leite as demais prostitutas que se engajaram no Programa de Prostituição e Direitos Civis, o faziam pelo sentimento de que a proposta da Pastoral não acomodava mais todos seus anseios (MORAES, 1995).

Até então, a construção de uma identidade coletiva das mulheres que participavam da Pastoral baseava-se na unidade de experiências do *ser mulher, pobre, marginalizada, excluída e vítima*. A diversidade colocada através de outras condições de existência - como por exemplo *ser prostituta* - era relegada ou até mesmo anulada (...) (MORAES, 1995, p. 200).

Embora tanto o ISER quanto a Pastoral da Mulher Marginalizada tenham apresentado limites estreitos, por encontrarem-se embebidos por noções morais sobre a prostituição e suas práticas, contribuíram inicialmente para a organização da categoria. Para a Pastoral, por exemplo, a prostituição era entendida como uma forma de degeneração da mulher e de todas as suas virtudes, sempre em contraposição à mulher de família, virgem, recatada e virtuosa. Suas ações, baseadas por convicções da Igreja católica, tinham como objetivo a reabilitação dessas “mulheres perdidas”, eram ações voltadas para a reintegração social das mulheres marginalizadas e banidas das condições necessárias para sua subsistência. Portanto, uma proposta que visava, principalmente, a retirada das mulheres do mundo da prostituição (LEITE, 2009; MORAES, 1995). No entanto, mesmo diante destes limites tanto o ISER quanto a Pastoral fomentaram as prostitutas a refletirem seu lugar, sua condição e sua identidade na sociedade.

As organizações não governamentais (ONGs) internacionais Inter-Aids e Aids’Cap também tiveram importante participação na fomentação das primeiras mobilizações nacionais de

---

<sup>11</sup> Informações retiradas do site do ISER, no item O ISER. Disponível (on-line) em: <http://www.iser.org.br/site/quem-somos/iser> (Acesso em: 05/02/2012).

<sup>12</sup> Uma das principais lideranças do movimento de prostitutas nacional. Gabriela Leite nasceu em São Paulo, em 1951 e faleceu em 2013. No final da década de 1980 conheceu a vereadora Benedita da Silva, quem a convidou para participar do I Encontro de Mulheres de Favela e Periferia, da Associação de Moradores da Cidade Nova, onde conheceu novos contatos, que possibilitaram seu início no ativismo em prol das prostitutas. Através de seu trabalho no Instituto de Estudos da Religião (ISER) organizou juntamente com Lourdes Barreto o I Encontro Nacional de Prostitutas, realizado em 1987. No ano de 1992, Gabriela Leite, publicou o livro “Eu, mulher da vida”. Em 2009 publicou seu segundo livro “Filha, mãe, avó e puta”, e em 2010 candidatou-se, pelo Partido Verde (PV) à Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro (LEITE, 2009; LENZ, 2010).

prostitutas. Ambas atuaram no Brasil através de projetos de prevenção e apoio aos portadores de doenças sexualmente transmissíveis e Aids. Isto é, tinham suas atuações voltadas, sobretudo, para os grupos que mantinham condutas sexuais fora dos padrões socialmente aceitos e considerados normais naquele contexto histórico-social - referidos como grupos de risco -. Nesta esteira, prostitutas compunham uma das categorias considerada de mais alta vulnerabilidade às DSTs e de grande potencial transmissor, por isso angariavam grande empenho por parte das ONGs no fornecimento de preservativos, palestras instrutivas sobre DSTs, exames e tratamentos médicos (ALVAREZ e RODRIGUES, 2001).

Para as mulheres que atuavam no comércio sexual, o contato com essas entidades tornou acessível uma série de serviços, até então indisponíveis ou de baixíssima qualidade, nas áreas de saúde, de assistência social e judiciária. Ademais, essa relação permitiu a construção de alianças políticas importantes no enfrentamento da nova cruzada moral, que acompanhou o primeiro período da epidemia de HIV/Aids. O estímulo para a formação de grupos de reflexão e para a constituição de organizações de defesa dos direitos das prostitutas foi outra iniciativa levada a termo pelas ONGs (...) (ALVAREZ e RODRIGUES, 2001, pp. 190-191).

A Inter-Aids e Aids'Cap não apenas instruíram preventivamente e disponibilizaram melhores condições de assistência médica para as prostitutas, como também incentivaram a sua unificação e organização. Ambas foram as principais possibilitadoras da formação dos primeiros grupos de prostitutas ativistas na região nordeste, onde tinham maior atuação (ALVAREZ e RODRIGUES, 2001).

A identidade imputada às prostitutas, enquanto grupo de risco, além de fazer com que a categoria repensasse suas práticas, no que tange sua própria saúde, também alocou prostitutas de rua, de casas noturnas, prostitutas mais jovens e mais velhas em um mesmo grupo, ou seja, alocou uma categoria completamente heterogênea em um mesmo pacote identitário. Paralelamente relacionou prostitutas aos homossexuais e aos travestis, influenciando em futuras alianças e coalizões entre as categorias e, como consequência, influenciando a ação coletiva. Afinal, os grupos sociais que estão em uma posição hierárquica inferior aos demais grupos sociais, grupos marginalizados como é o caso das prostitutas, são motivados a afrontar seus opositores quando angariam aliados importantes, aliados que tenham influência e uma representação reconhecida no espaço político (TARROW, 2009).

No início do movimento nacional de prostitutas sua relação com os demais movimentos, que não da área da sexualidade, segundo Leite (2009), era bem complicada, pois o movimento não era levado a sério. Porém, desde 2005, quando pela primeira vez prostitutas participaram do Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, o movimento passou a ganhar maior visibilidade e realizar novas alianças e parcerias (LEITE, 2009). Atualmente tem parcerias com as prefeituras e com os governos estaduais, o Ministério da Saúde, Universidades com pesquisas voltadas para a população em foco e organizações, sobretudo na área da saúde sexual, e de direitos sexuais. Nacionalmente as prostitutas têm assento na Coordenação Nacional do PNDST/Aids. O movimento conquistou visibilidade no exterior, participando de debates e encontros internacionais de prostitutas e discussões sobre sexualidade.

## IDENTIDADES E SIGNIFICADOS EM MOVIMENTO

Embora as prostitutas virem, desde a da década de 1970, realizando manifestações públicas, pode-se falar, de fato, em um movimento de prostitutas, de dimensão nacional, apenas a partir 1987. Quando as ações das prostitutas passaram a ser baseadas em estruturas conectivas, redes sociais e em um quadro cultural comum. Isto é, quando através do Programa Prostituição e Direitos Civis, com financiamento do Conselho Mundial de Igrejas de Genebra, Gabriela Leite e Lourdes Barreto<sup>13</sup> conquistaram apoio para a realização do I Encontro Nacional de Prostitutas, marco de formação do movimento no Brasil, do qual participaram prostitutas de 11 Estados do país e foram discutidos diversos temas, além da formação da Rede Brasileira de Prostitutas (RBP)<sup>14</sup>, iniciada no mesmo ano (LEITE, 2009; MORAES, 1995).

Resultado do I Encontro, a Rede Brasileira de Prostitutas instaurava-se, no âmbito nacional, como mais um lugar de contestação da condição da prostituta na sociedade, que passou a articular a ação coletiva, estimulando o debate interno à categoria e gerando visibilidade pública (MORAES, 1995). A Rede possibilitou a formação de vínculos essenciais para a manutenção de um movimento, estabelecendo uma relação constante entre prostitutas de todo o país.

Inaugurado o processo de estruturação e conexão do movimento, desde a formação da RBP, novas associações, sindicatos, federações e organizações não governamentais foram fundados, como mostra o **Quadro I**, que delinea o universo desta pesquisa<sup>15</sup>.

### Quadro I

	Organizações e Siglas	Ano de Fundação	Estado
1	Associação de Prostitutas do Rio de Janeiro (APRJ)	1987	RJ
2	Rede Brasileira de Prostitutas (RBP)	1987	RJ

<sup>13</sup> Reconhecida dentro do próprio movimento como uma das precursoras do movimento nacional de prostitutas. Maria Lourdes Barreto nasceu em 1943. Iniciou sua carreira na prostituição em 1959, em Belém. Juntamente com Gabriela Leite, participou do processo de fundação da Rede Brasileira de Prostitutas, em 1987. Três anos depois, 1990, participou da formação do GEMPAC- Grupo de Mulheres Prostitutas da Área Central, associação qual coordena até os dias atuais. Barreto é também uma das representantes das ações e articulações do movimento de prostitutas com a Rede Latino Americana e Caribenha de Trabalhadoras Sexuais (RedTraSex) (LENZ, 2010). E representa o movimento pela região norte na CAMS - Comissão Nacional de Articulação com Movimentos Sociais (CAMS, 2004).

<sup>14</sup> No início da Rede Brasileira de Profissionais do Sexo - atualmente denominada como Rede Brasileira de Prostitutas - travestis e prostitutas atuavam juntas. No entanto, devido às especificidades de cada categoria e suas necessidades próprias, esta coalizão inicial se dissolveu, para que cada grupo pudesse trazer à luz suas reivindicações mais específicas.

<sup>15</sup> Como a intenção deste trabalho é de uma abordagem do movimento de prostitutas, são analisadas, exclusivamente, as entidades formadas por prostitutas e não aquelas compostas por organizações que atuam em programas de DSTs e Aids junto a essa população. Como são os casos, respectivamente, do Grupo de Apoio à Prevenção à Aids (GAPA), o qual atua em várias atividades e projetos em parceria com as prostitutas, homossexuais, travestis e campanhas de prevenção à Aids em geral; a Associação de profissionais do sexo do Vale do Itajaí (APROSVI) que atua com todas as categorias de “profissionais do sexo”, como seu próprio nome revela, seu primeiro projeto visava à prevenção da infecção do vírus HIV de homens que fazem sexo com homens, travestis e transexuais, e daí por diante passou a desenvolver também projetos que visavam às mulheres que se prostituem (MORAES, 1995; PASINI, 2005). Sendo assim, são organizações que compõem o ciclo de parcerias e redes do movimento de prostitutas, mas não atuam diretamente nele.

3	Núcleo de Estudo da Prostituição de Porto Aegre (NEP)	1989	RS
4	Associação de Prostitutas de Sergipe (APS-SE)	1990	SE
5	Associação de Prostitutas do Ceará (APROCE)	1990	CE
6	Grupo de Mulheres Prostitutas da Área Central (GEMPAC)	1990	PA
7	Davida: Prostituição, Direitos Civis e Saúde	1992	RJ
8	Associação de Prostitutas da Bahia (APROSBA)	1997	BA
9	Associação de Prostitutas da Paraíba (AROS-PB)	2001	PB
10	Associação de Mulheres Profissionais do Sexo do Amapá (AMPS-PA)	2001	AP
11	Associação de Mulheres Trabalhadoras do Sexo de São José dos Campos e região (AMOR)	2002	SP
12	Sindicato de Prostitutas de São Paulo	2002	SP
13	Associação Pernambucana de Profissionais do Sexo (APPS)	2002	PE
14	Organização das Mulheres da Vida de Petrópolis	2002	RJ
15	Associação das Profissionais do Sexo do Maranhão (APROS-MA)	2003	MA
16	Dignidade, Ação, Saúde, Sexualidade e Cidadania, de Corumbá (DASCC)	2005	MS
17	Associação das Profissionais do Sexo de Belo Horizonte (APS-BH)	2006	MG
18	Mulheres Guerreiras- Associação de profissionais do sexo de Campinas	2007	SP
19	Associação das Prostitutas e Ex- Prostitutas do Amazonas	2008	AM
20	Federação Nacional das Trabalhadoras do Sexo	2008	SP
21	Associação de Prostitutas de Minas Gerais (APROSMIG)	2010	MG
22	Gabriela Associação das Prostitutas de Camaçari (GAPC)	_____	SP
23	Associação de Prostitutas do Rio Grande do Norte (ASPRO-RN)	_____	RN
24	Associação de Profissionais do Sexo de Chapecó	_____	SC
25	Associação de Profissionais do Sexo (Vitória Régia)	_____	SP
26	Sindicato de Prostitutas da Bahia	_____	BA
27	Direitos Humanos da mulher prostituída (Grupo Liberdade)	_____	SP
28	ANTESSAP	_____	_____
29	Núcleo de Prostituta Rosa Vermelho	_____	_____

Os movimentos sociais normalmente baseiam sua ação coletiva na formação de novas identidades, que não condizem com as identidades impostas histórica e socialmente aos grupos (TARROW, 2009). O processo de construção de uma identidade coletiva é complexo e

com muitas nuances. Internamente ao próprio movimento de prostitutas, por exemplo, há divergências no que diz respeito ao uso dos termos: prostituta, trabalhadora do sexo e profissional do sexo. Embora, haja um consenso dentro de uma proposta maior de reivindicação de direito e garantias de cidadania para a mulher prostituta. Enquanto uma ala do movimento desacredita na força do uso do termo trabalhadora do sexo, pois este corresponderia não apenas às prostitutas<sup>16</sup>, e defende o uso dos termos puta e prostituta, exatamente por serem carregados de conotações negativas, logo causam maior impacto e chamam mais a atenção. Outra ala prefere o uso do termo trabalhadora do sexo, pois este já contém uma conotação de trabalho, logo seria mais condizente com as reivindicações do movimento relacionadas à regulamentação da prostituição enquanto trabalho.

A primeira ala se apresenta em afronta aos significados já estabelecidos em torno do termo prostituta e busca ressignificá-los reforçando a noção da prostituição como uma escolha digna, enfrentando os paradigmas morais que sobrecarregam o termo. A segunda ala se apresenta buscando contornar a conotação negativa do termo prostituta através da representação do grupo como trabalhadora do sexo, driblando, de certa forma, o peso moral dos termos puta e prostituta (LEITE, 2009; OLIVAR e SKACKAUSKAS, 2010).

As colegas da América Latina consideram nosso movimento atrasado em relação ao delas, porque elas usam “trabalhadoras do sexo”, e nós ainda não vencemos o preconceito, e nos chamamos de “prostituta”. Eu penso o contrário, parece que mudar o nome é um pedido de desculpas (LEITE, 2009, p. 158).

Um membro da APROS-PB também falou sobre o assunto:

- Quando a gente ia fundar, teve toda uma discussão do que seria profissional do sexo, que era um nome bonitinho (...). Na nossa imaginação na época a gente pensava que o nome ia acabar com o preconceito (...). Só que não é nada disso, não adianta a gente ficar maquiando o preconceito. Desde quando surgiu a prostituição sempre foi prostituta, e por que não encarar o nome mesmo? (...). Mas o nome mesmo tem que ser é prostituta, e aí a gente era profissional do sexo. Não, aí então a gente mudou pra questão da prostituta. A maioria concordou, algumas ainda não acham legal. Mas é assim que tem que ser mesmo, a gente não vai conseguir coisas maquiando o preconceito. Acho que a gente vai construindo uma coisa. É, a gente vai ter que construir o respeito, não sei como. Mas não mudando o nome. (informação verbal)<sup>17</sup>.

E ainda mesmo entre os termos profissional do sexo e trabalhadora do sexo há divergências, como foi possível apreender através da fala de um membro da Associação de Prostitutas do Ceará (APROCE):

- Assim, pensando pra frente, eu achei que a gente tinha que lutar pra quebrar os estigmas, e o nome prostituta é o nome certo. Aí então, mas a Federação, as meninas quiseram botar

<sup>16</sup> Mas também, por exemplo, às atrizes de filme pornô.

<sup>17</sup> Informação fornecida por uma integrante da APROS-PB em entrevista, em março de 2012.

Trabalhadoras do Sexo, que tanto faz prostituta e trabalhadora é correto, o que não é correto é Profissional do Sexo. (...) Nós não queremos ser escondidas, nós queremos ser mostradas. (...) Você já pensou no caso (...) quando chamam as prostitutas de profissionais do sexo, estão chamando os outros de amadores. (...) Então, a gente não gosta desse nome. Profissional do sexo, trabalhadora sim, prostituta sim, mas não profissional. Porque pra ser profissional tem que ter faculdade, tem que ter curso (...). (informação verbal)<sup>18</sup>.

No movimento nacional, a Rede Brasileira de Prostitutas e seus congregados optam pelo uso do termo prostituta. Como é possível observar na Carta de Princípios<sup>19</sup> da Rede e no Hino das Prostitutas<sup>20</sup>, nos quais não é utilizado o termo trabalhadora do sexo para referenciar à categoria, mas sim o termo prostituta. No entanto, do outro lado, observamos a Federação Nacional de Trabalhadoras do Sexo, cuja congrega principalmente os sindicatos que compõem o movimento, e como o próprio nome já nos permite observar, faz uso do termo trabalhadora do sexo (OLIVAR; SKACKAUSKAS, 2010).

É possível ressaltar diante destas discordâncias internas ao movimento, referentes ao uso dos termos, uma característica negativa à coesão do movimento. Pois, alguns significados não são compartilhados, afrouxando alguns vínculos. Ao mesmo tempo, é necessário levarmos em conta que os movimentos sociais são heterogêneos e a construção de uma identidade coletiva não se dá de outra forma, senão através de disputas internas constantes (TARROW, 2009).

Além da problematização de como se apresentarem para o público, as prostitutas vêm utilizando diversificadas estratégias perante a sociedade, para o desmantelamento das concepções predominantes que envolvem a prostituição e suas práticas. No início do movimento, na década de 1980, as prostitutas se preocuparam mais em debater assuntos voltados à saúde sexual, aos abusos policiais e às violências recorrentes as quais eram expostas por falta de respaldo do Estado. Neste primeiro momento o que prevaleceu foi o sentimento de injustiça, que colocou as prostitutas em uma posição de vítima, e foi a partir disto que o movimento de prostitutas delineou seu quadro interpretativo, na tentativa de obter um reconhecimento mínimo e inverter a tolerância às práticas de violência contra as prostitutas em injustiça<sup>21</sup>.

A gente fez uma lista de assuntos a serem discutidos: profissão, preconceito e estigma, escolaridade e violência, entre outros. Mas no final, mesmo com todo o esforço para conduzir a discussão para outros caminhos, tudo acabava no assunto da violência. Mas não era de qualquer violência da qual se precisava falar, e sim da violência policial (LEITE, 2009, p. 147).

Na década de 1990 o debate em torno da saúde, da prevenção de DSTs e Aids permaneceram vivos, mas novas pautas também ganharam espaço. As prostitutas passaram a ver na regulamentação da prostituição, enquanto trabalho, a possibilidade da diminuição do

<sup>18</sup> Informação fornecida por uma integrante da APROCE em entrevista, em março de 2012.

<sup>19</sup> Acesso através do Jornal Beijo da Rua versão impressa de agosto de 2011.

<sup>20</sup> Acesso através do blog do Núcleo de Prostitutas Rosa Vermelho. Disponível (on-line) em: <http://neprove.blogspot.com> (Acesso em: 19/02/2012).

<sup>21</sup> Gabriela Leite sobre o I Encontro Nacional de Prostitutas, em 1987.

estigma social e a ampliação de amparo do Estado à sua categoria. A regulamentação da prostituição, por sua vez, faria da criminalização do rufianismo e das casas de prostituição desnecessários. Pois, estabelecería um estatuto legal que garantiría os direitos das prostitutas em contravenção da exploração de seu trabalho. Desta forma, a dimensão da prostituição como um trabalho como outro qualquer ganhava maior visibilidade e impacto no quadro interpretativo do movimento.

Nos anos 2000 ganhava cena, além do debate permanente sobre a saúde sexual, a legislação e os direitos humanos, sexuais e de cidadania. Contudo, pautas que giram em torno de temas como direitos humanos<sup>22</sup> e sexuais são características de quadros interpretativos mais abrangentes, isto porque conectam atores de diferentes causas sobre um mesmo “guarda-chuva” interpretativo. Porém ao mesmo tempo em que esta estratégia possibilita novas alianças também pode gerar descontentamentos, por sinalizar uma possível dissolução do enfoque do movimento (MISCHE, 1997).

Os enquadramentos interpretativos se apresentam não isolados uns dos outros, mesclam-se nos discursos, posicionamentos, reivindicações e ações das ativistas. No entanto, em determinados contextos da mobilização alguns enquadres novos são constituídos e/ou ganham maior destaque no confronto político. Assim, o Quadro II (abaixo) apresenta, de forma simplificada, os enquadres interpretativos que ganharam destaque na mobilização de prostitutas durante os anos 80, 90 e 2000.

**Quadro II**

Enquadramentos Interpretativos			
Década	Enquadres	Descrição	
1980	Direitos de Cidadania	Justiça	Destacando a posição vulnerável às múltiplas formas de violência que as prostitutas enfrentam diariamente, com ênfase na violência policial. Ganha forma em um discurso de vitimização.
		Saúde Sexual	Problematizando questões em torno da saúde sexual da prostituta, com destaque para a prevenção de DSTs e Aids.
1990		Trabalhista	A regulamentação da prostituição enquanto um trabalho como qualquer outro é vista como uma possibilidade da diminuição do estigma social e, ao mesmo tempo, de ampliação do amparo do Estado à categoria.
2000	Direitos Sexuais	Autonomia	A prostituição, quando por livre escolha e consentimento, passa a ser tratada dentro de um debate mais amplo de garantia de Direitos Sexuais, como parte dos Direitos Humanos. A prostituição entendida como uma forma de apoderamento da mulher sobre seu próprio corpo e vida sexual.

<sup>22</sup> A noção de direitos humanos ganhou ampla dimensão como “*master frame*” de muitos movimentos sociais a partir dos anos 1960 (TARROW, 2009).

A marginalização social da prostituta interfere inclusive na forma como as próprias prostitutas se veem enquanto atores sociais e políticos. Nesse sentido, o movimento de prostitutas tenta construir novos significados em torno do ser prostituta de inúmeras maneiras, inclusive trabalhando com frequência a autoestima de suas associadas, tentando arrebentar as amarras sociais que condicionam as prostitutas a se esconderem, se envergonharem e se desvalorizarem enquanto atores sociais e políticos. A ênfase do orgulho na profissão, por exemplo, encontra inúmeros desafios, um deles é a baixa autoestima das prostitutas.

Na busca por dismantelar esse condicionamento de autodesvalorização o movimento tem criado diferentes *slogans* de empoderamento e positividade do lugar da prostituta na sociedade. Por exemplo, através de *slogans* descontraídos, como: “As mulheres boas vão para o céu, as mulheres más vão para qualquer lugar”, “Não use drogas, transe com uma prostituta” e “Sou Prostituta e Sou Feliz”. O primeiro *slogan* é encontrado logo na página de entrada do site do Jornal Beijo da Rua, o segundo e terceiro são nomes de campanhas<sup>23</sup> desenvolvidas pelo movimento em parceria com o Ministério da Saúde, respectivamente nos anos de 2002 e 2013. Também é possível observar o câmbio do lugar da prostituta negativamente para um positivado em uma fala de uma liderança do movimento, no que tange às DSTs: “Somos não fonte de contaminação, mas sim fonte de informação” (informação verbal)<sup>24</sup>. Todos esses *slogans* tiram as prostitutas do lugar negativo de grupos de risco, de mulher marginalizada e oprimida, e as colocam em lugares positivos. Batem de frente com as concepções já naturalizadas do que é ser prostituta e as dão novas entonações.

A Associação das Profissionais do Sexo do Maranhão (APROSMA), a Davida: Prostituição, Direitos Civis e Saúde, a Associação de Prostitutas da Paraíba (APROS-PB), entre outras organizações também têm trabalhado com a confecção de moda própria, desfiles de moda com as próprias prostitutas e concursos de beleza<sup>25</sup>. Como, em julho de 2002, o desfile Puta Moda 2002, com apoio financeiro da Associação do Morro do Alemão<sup>26</sup>; e o concurso Garota Mimosa, realizado em agosto de 2002, para eleger a prostituta mais bonita da comunidade, organizado pela Associação de moradores do condomínio e amigos da Vila Mimosa<sup>27</sup> (AMOCAVIM). As entidades que compõem o movimento também organizam saraus poéticos e a formação e apresentação de grupos teatrais. A APROS-PB realiza, desde 2005, a Maratona das Calcinhas, evento no qual prostitutas e afins comemoram o Dia Internacional das Prostitutas (2 de Junho), saindo pelas ruas da Paraíba com calcinhas na cabeça<sup>28</sup>.

<sup>23</sup> Durante a campanha foi realizado um Seminário que reuniu organizações não governamentais, associações de prostitutas, o governo federal, estaduais e municipais para debater sobre a Aids, coordenado pelo Ministério da Saúde. Ao longo do encerramento do evento houve a apresentação do cantor Reginaldo Rossi, que compôs uma música especialmente para as prostitutas integrantes da campanha.

<sup>24</sup> Informação fornecida por Rosarina Sampaio em entrevista à Rádio Nederland, 2009.

<sup>25</sup> Informação retirada do Jornal eletrônico Estado MS: A notícia integrando o sulmatogrossense. Disponível (on-line) em: <http://www.estadoms.com.br/site/> (Acesso em: 19/02/2012).

<sup>26</sup> Informação retirada do Jornal eletrônico Beijo da Rua. Disponível (on-line) em: <http://www.beijodarua.com.br> (Acesso em: 15/01/2011).

<sup>27</sup> Bairro, do Rio de Janeiro, composto por muitas casas de prostituição (MORAES, 1995).

<sup>28</sup> Informação retirada do Jornal online da Folha de São Paulo, através da reportagem João Pessoa (PB) comemora Dia da Prostituta com corrida de calcinhas. Disponível (on-line) em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2010/06/745190-joao-pessoa-pb-comemora-dia-da-prostituta-com-corrída-de-calcinhas.shtml> (Acesso em: 16/03/2015).

## DIREITOS SEXUAIS: A MULHER PROSTITUTA

O movimento de prostitutas inicialmente atuava a partir de estratégias mais defensivas, isto é, organizava-se principalmente contra o forte preconceito e os abusos policiais aos quais eram submetidas frequentemente. Os encontros organizados pelo coletivo de prostitutas estavam sempre girando em torno de demandas contra os abusos policiais, a falta de segurança, a falta de meios para exigir o pagamento de um cliente e etc., ou seja, demandas imediatistas, com resultados em curto prazo. Esse caráter defensivo também aparece em relação à organização da categoria em contraposição ao forte preconceito que sofreram com a epidemia da Aids. Como resposta a essa situação, as organizações do movimento promoveram projetos e seminários educativos sobre DSTs e Aids, o *slogan*: “Camisinha na mão, calcinha no chão. Camisinha não viu, calcinha subiu”<sup>29</sup> é representativo de uma das formas de ação das prostitutas em combate ao preconceito em relação à disseminação de doenças sexualmente transmissíveis. Nesta linha, o movimento também atua com a distribuição de preservativos, várias parcerias e convênios com instituições vinculadas à saúde pública, visando acrescentar ampla conscientização do grupo sobre doenças sexualmente transmissíveis. Tal forma de mobilização continua a ser utilizada por organizações do movimento, que realizam a capacitação de prostitutas multiplicadoras, ou seja, prostitutas que sabem quais são as formas de contágio de DSTs e como preveni-las e, portanto, estão aptas a transmitir seu conhecimento para outras prostitutas através de cursos e palestras<sup>30</sup>.

No entanto, desde 1994, as estratégias do movimento ganharam um caráter mais ofensivo, eram antes de tudo, mulheres que se colocavam em busca de seus direitos: direito de ser prostituta, da profissionalização da prostituição, de seus direitos trabalhistas, cidadania e sexuais. Por exemplo, através da fundação da Federação Nacional das Trabalhadoras do Sexo (FNTS) e de sindicatos, nos anos 2000. Neste sentido, novas estratégias foram adotadas para conquistar simpatizantes e se conectar com outros grupos, ampliando suas redes interpessoais e organizacionais, condensando as bases do movimento em nível nacional. Desde a década de 1990, e mais fortemente nos anos 2000, as prostitutas não mais se assumiam em posição de vítimas, mas sim de mulheres passíveis de direitos e deveres. A identidade coletiva, antes tão vinculada à ideia da prostituta oprimida e marginalizada, passa a valorizar o lugar da prostituta na sociedade e associa a prostituta à mulher independente e “bem resolvida”. Alguns trechos da Carta de Princípios da Rede brasileira de Prostitutas são ilustrativos deste posicionamento:

A rede repudia: a vitimização das prostitutas e o controle sanitário de prostitutas. (...)

A rede defende: a regulamentação do trabalho da prostituta. E promove a auto-organização das prostitutas; o acesso aos insumos de prevenção de DST/Aids; o acesso aos serviços de saúde

<sup>29</sup> Informações retiradas da comunicação verbal fornecida para a Rádio Nederland, 2009. Disponível (online) em: <http://www.rnw.nl/portugues/article/o-direito-%C3%A0-dif%C3%ADcil-vida-f%C3%A1cil> (Acesso em: 18/04/2011).

<sup>30</sup> Informações retiradas da comunicação verbal fornecida para a Rádio Nederland, 2009. Disponível (online) em: <http://www.rnw.nl/portugues/article/o-direito-%C3%A0-dif%C3%ADcil-vida-f%C3%A1cil> (Acesso em: 18/04/2011).

integral; o direito de migração para o trabalho legal; que o trabalho sexual é um direito sexual; que as prostitutas se assumam como prostitutas/putas em todos os espaços<sup>31</sup>.

Em contraposição a uma ala ortodoxa do movimento feminista, que vê na prostituição a coisificação da mulher, como o termo máximo da alienação feminina. O corpo da mulher prostituta há muito visto como pervertido, degenerado e mercantilizado ganha novas interpretações. Dentro do movimento a prostituta é referida como aquela mulher que ativamente “vende fantasias eróticas” e não como aquela que passivamente “vende os seus corpos”. As prostitutas ativistas se apropriam da reivindicação do Direito aos seus corpos, colocam seus corpos como de posse própria, logo não podem ser vendidos. Tiram o corpo feminino da passividade, do lugar de preocupar-se com o gozo do outro como fim próprio, e lhes permitem a sua sexualidade, a sensualização e o erotismo. Como sereias, que jocosamente seduzem os marinheiros, invertem os jogos de poder: de caça viram caçadoras que, sobretudo, têm pleno controle de seus corpos e vidas. Essa estratégia simbólica tem sido adotada para apresentar publicamente uma interpretação própria da identidade da prostituta em contraposição às críticas sociais e feministas às práticas de mercantilização do corpo feminino, como demonstra o Hino das Prostitutas, uma releitura da música “Espumas ao vento”:

(...) Sei que a prostituição carrega estigma sem fim  
De qualquer modo o preconceito é ruim  
Perpassa a história do tempo  
É prostituta, é pervertida, é pantera negra  
É quem desperta o desejo  
Mas é companheira  
Na verdade, é trabalho que não dá pra negar (...) <sup>32</sup>

A noção de ser mulher é englobada na estratégia das ativistas, que fazem questão de ressaltar as prostitutas como “mulheres como outra qualquer”, desenvolvendo um “trabalho como outro qualquer”, como destaca o *slogan*: “As mulheres são iguais em todas as profissões”<sup>33</sup>. A questão de gênero entendida como um componente que é resultado e, ao mesmo tempo, resulta as relações sociais entre os sexos, então, permeia o discurso das prostitutas ativistas, que elucida a retirada da mulher de seu lugar “natural” e normativo, condicionado por seus corpos invejosos<sup>34</sup>. A mulher é vista como autônoma e que regula suas próprias relações, dona de seu corpo e sua sexualidade.

O caráter da prostituição como escolha é enfaticamente produzido. As organizações lidam com este desafio disponibilizando cursos profissionalizantes, como de camareira, promotora de eventos, estilismo e moda, entre outros. De modo a permitir com que mulheres que, de fato, não

<sup>31</sup> Acesso através do Jornal Beijo da Rua versão impressa de agosto de 2011.

<sup>32</sup> Letra retirada do blog do Núcleo de Prostitutas Rosa Vermelho. Disponível (on-line) em: <http://neprove.blogspot.com/> (Acesso em: 19/02/2012).

<sup>33</sup> Como pode ser observada na faixa confeccionada pelo GEMPAC. Disponível (on-line) em <http://www.hiroshibogea.com.br/?p=16448> (Acesso em: 30/03/2013).

<sup>34</sup> Simone de Beauvoir, em “O segundo sexo” (1949).

queiram permanecer na prostituição tenham condições de se sustentar através de outra profissão<sup>35</sup>. O ser prostituta ganha ênfase na opção e no orgulho de sê-la. A prostituição enquanto uma “profissão como outra qualquer”, passa a ser predominante no discurso do movimento. A campanha Maria Sem Vergonha, cujo material foi cedido pelo Ministério da Saúde e elaborado pelas próprias prostitutas, teve como um de seus *slogans*: “Sem vergonha de ser prostituta. Sem vergonha, garota. Você tem profissão”<sup>36</sup>, refletindo a necessidade de subtrair a vergonha que as prostitutas possuem em expor sua identidade vinculada à prostituição. A campanha combina o sentimento de orgulho com um tom de ironia, afrontamento e desdém. A campanha, que teria sido uma das mais bem sucedidas do movimento, é referida por uma ativista da APROS-PB:

- Daí a questão do “sem vergonha” né, que aí fala: sem vergonha de ser prostituta, sem vergonha de valorizar o seu trabalho, sem vergonha (...). Fizeram vários materiais com frases diferentes, mas sempre dizendo “sem vergonha”. Eu acho que foi muito legal pra gente trabalhar na zona com as outras colegas aqui (...). E o material vinha falando um pouco disso, foi muito massa! Eu acho que é uma campanha muito legal da Rede, entre tantas. É que a gente já realizou muitas, dos trabalhos que a Rede vem realizando esse foi que marcou mais. (informação verbal)<sup>37</sup>

O movimento tem tido sucesso na pressão política para a regulamentação da prostituição, assim como para o seu reconhecimento como serviço e a inclusão da “profissional do sexo” na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), em 2002. Entretanto, a prostituição ainda se encontra em uma espécie de limbo social perante a Legislação brasileira, que não a regulamenta: a prostituição não é nem legalizada e tão pouco criminalizada.

Mais recentemente, em 2013, com nova parceria com o Ministério da saúde foi organizada a campanha *Sou Prostituta e Sou Feliz* que tinha como foco a prevenção à Aids/HIV. No entanto, o então ministro da saúde, Alexandre Padilha, vetou a divulgação da campanha<sup>38</sup>. O que, por sua vez, não impediu que o movimento divulgasse o material até então produzido<sup>39</sup>. Nesta campanha além de vídeos estimulando o uso de preservativos, foram produzidos cartazes com fotos de prostitutas e *slogans*<sup>40</sup> como, por exemplo: “Eu sou feliz sendo prostituta”, “O sonho maior é que a sociedade nos veja como cidadãs”, “Todo dia a gente tem que fazer educação e prevenção de Aids”, entre outros. O

<sup>35</sup> Informações retiradas da comunicação verbal fornecida para a Rádio Nederland, 2009. Disponível (on-line) em: <http://www.rnw.nl/portugues/article/o-direito-%C3%A0-dif%C3%ADcil-vida-f%C3%A1cil> (Acesso em: 18/04/2011).

<sup>36</sup> Jornal eletrônico Beijo da Rua. Disponível (on-line em: <http://www.beijodarua.com.br/> (Acesso em: 15/04/2013).

<sup>37</sup> Informação fornecida por uma integrante da APROS-PB entrevista por telefone, em março de 2012.

<sup>38</sup> Sem Vergonha de Compartilhar a Campanha Censurada pelo Ministro, 2013. Disponível (on-line) em: <http://www.umbeijoparagabriela.com/?p=2960> (Acesso em: 10/06/2013).

<sup>39</sup> Informação retirada de Direitos Humanos das Prostitutas, População LGBTT, usuários de Drogas e outros Segmentos Vulneráveis à Epidemia HIV/AIDS, 2013. Disponível (on-line) em: [http://www.avaaz.org/en/petition/Direitos\\_Humanos\\_das\\_prostitutas\\_populacao\\_LGBTT\\_usuarios\\_de\\_drogas\\_e\\_outros\\_segmentos\\_vulneraveis\\_a\\_epidemia\\_HIVAIDS\\_1/?copy](http://www.avaaz.org/en/petition/Direitos_Humanos_das_prostitutas_populacao_LGBTT_usuarios_de_drogas_e_outros_segmentos_vulneraveis_a_epidemia_HIVAIDS_1/?copy) (Acesso em: 10/06/2013); e em Sem Vergonha de Compartilhar a Campanha Censurada pelo Ministro, 2013. Disponível (on-line) em: <http://www.umbeijoparagabriela.com/?p=2960> (Acesso em: 10/06/2013).

<sup>40</sup> Sem Vergonha de Compartilhar a Campanha Censurada pelo Ministro, 2013. Disponível (on-line) em: <http://www.umbeijoparagabriela.com/?p=2960> (Acesso em: 13/03/2015).

simples fato de esta campanha ter estampado a imagem das próprias prostitutas em seus cartazes, representa os avanços que o movimento vem conquistando, dando voz, rosto e corpo para reivindicações.

Todavia, apesar das conquistas do movimento de prostitutas no Brasil, a identidade social negativa que perpassa a noção do ser prostituta - sempre em contraposição com a ideia da mulher de família, da mulher moralmente correta e honesta - impõem alguns limites ao recrutamento de ativistas, devido às dificuldades e aos constrangimentos para prostitutas assumirem publicamente suas atividades. Além de a visibilidade e penetração da pauta do movimento na sociedade ser potencialmente menor em comparação com outros movimentos relacionados às questões da sexualidade, como o feminista e de homossexuais, isto porque o tema ainda causa impacto negativo sobre a sociedade.

## CONCLUSÃO

Destarte, desde os anos 70 houve uma onda de democratização que se espalhou pelo mundo. Na América Latina tal movimento veio marcar presença no Brasil da década de 80, com a redemocratização brasileira (TARROW, 2009). Neste contexto se constituía o movimento nacional de prostitutas, estimulado pelo ciclo de protestos que, na redemocratização brasileira, envolveu vários grupos e movimentos sociais. Na mesma década, a eclosão do vírus da Aids/HIV e a noção de grupos de risco incitaram discussões sobre as identidades e as práticas sexuais das prostitutas, ocasionando em um momento de grande visibilidade da categoria dentro da esfera pública, possibilitando com que as prostitutas entrassem em contato com novos grupos e realizassem alianças influentes. Mediante estas agitações políticas e sociais do final dos anos 70 e início dos anos 80, o movimento de prostitutas delineou-se, sobretudo, com o apoio de organizações e instituições nacionais e internacionais religiosas e da área da saúde pública.

Dada a maneira como o movimento de prostitutas redefine determinadas situações e significados sociais e as formas como transmite publicamente essas novas interpretações, pode-se observar que este vem construindo novas semânticas sobre ser prostituta e suas práticas, procurando reverter o estigma social. As prostitutas questionam politicamente interpretações socialmente tradicionais e herdadas do ser prostituta, remodelando-as a partir de novos sentidos culturais - através da assunção do ser prostituta com ênfase na opção e no orgulho de sê-la visto que é uma profissão como outra qualquer e na positivação da prostituição -. Como forma de comunicação com a sociedade, o movimento tem utilizado de diversificadas ações que mesclam erotismo, orgulho, ironia e despudor, como a venda de chocolates eróticos na forma de pênis, na confecção de grifes própria para prostitutas, na realização de desfiles de lingerie, etc.

Os processos de enquadramento interpretativo e de identidade coletiva do movimento de prostitutas vêm ganhando novo sentido político e cultural, desde as duas últimas décadas. O artigo mostrou que esses processos deixaram de ser meramente reativos ao controle social e policial, ou às visões religiosas e morais tradicionais da prostituição, para desafiar imagens e interpretações da mulher prostituta como vítima passiva - seja do desejo sexual masculino ou das situações de privação socioeconômica. As noções de corpo, sexualidade e gênero estão no centro dos processos

de construção de novos enquadramentos interpretativos e da identidade coletiva do movimento. Ao longo dos últimos anos o movimento vem utilizando como estratégia mobilizações mais abrangentes, como os direitos humanos e sexuais. Desde os anos 1990, a noção da prostituição enquanto trabalho passou a ser considerado o meio para a redução do estigma e da discriminação e a profissionalização da prostituição tornou-se a grande bandeira do movimento.

A importância do movimento nacional de prostitutas ganha relevo exatamente pela prostituição estar submersa em preconceitos e estereótipos sociais. Pois, esse se contrapõe politicamente às concepções culturais da prostituição e articula-se em prol da formação e adoção de novas concepções. Exige que a prostituição seja regulamentada e, mais, legalizada tal qual qualquer outra profissão.

## REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Gabriel Omar [e] RODRIGUES, Marlene Teixeira. “Prostitutas cidadãs: Movimentos sociais e políticos de saúde na área de saúde (HIV/Aids)”. *Revista de Ciências Sociais da UFC*, c. 32, n. 1/2, 2001, pp. 187-208.
- BRASIL. Manual do Multiplicador - Profissional do Sexo. Ministério da Saúde, Secretaria de Assistência à Saúde, Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS. Brasília: 1996. Disponível (on-line) em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd10\\_11 .pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd10_11.pdf)
- CARLOS, Caio Anderson Feitosa [e] Sá, Leonardo Damasceno de. “As prostitutas na rua: Resistência e organização de um coletivo de prostitutas em fortaleza”. Recife, XXVIII Congresso Internacional da Alas, set., 2011.
- DYKE, Nella Van [e] TAYLOR, Verta. “Get Up, Stand Up’: Tactical Repertoires of Social Movements”. Em: KRIESI, Hanspeter; SNOW, David [e] SOULE, Sarah (orgs.). *The Blackwell Companion to Social Movements*. Blackwell Publishing, 2004, pp. 262-293.
- FACCHINI, Regina [e] SIMÕES, Júlio. Na trilha do arco íris: Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Perseu Abramo, 2009.
- GOODWIN, Jeff; JASPER, James [e] POLLETTA, Francesca. “The Return of the Repressed: The Fall and Rise of Emotion in Social Movement Theory”. *Mobilization: An International Journal*, vol. 5, n.1, 2000, pp. 65-83.
- JOHNSTON, Hank [e] OLIVER, Pamela. “What a Good Idea! Ideologies and Frames in Social Movement Research”. *Mobilization: An International Journal*, vol. 1, n. 4, 2000, pp. 37-54.
- LEITE, Gabriela. *Filha, mãe, avô e puta: A história de uma mulher que decidiu ser prostituta*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney [e] TILLY, Charles. “Para mapear o confronto político”. *Lua Nova*, n.76, 2009, pp. 11-48.
- MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais?. In: *Lua Nova*, n. 17, 1989.
- MISCHE, Ann. “De estudantes à cidadãos: Redes de jovens e participação política”. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5/n. 6, 1997, pp. 134-150.
- MORAES, Aparecida Fonseca. *Mulheres da Vila: Prostituição, identidade social e movimento associativo*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- OLIVAR, José Miguel Nieto [e] SKACKAUSKAS. “Prostitutas, feministas e direitos sexuais: Diálogos possíveis um impossíveis?” *Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*, 2010.
- REZENDE, Patricia Jimenez. *Construindo pontes do meretrício ao ativismo político: Um estudo do movimento de prostitutas no Brasil*. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação), Unifesp, 2012.
- SNOW, David. “Framing Processes, Ideology, and Discursive Fields”. Em: KRIESI, Hanspeter; SNOW, David [e] SOULE, Sarah (orgs.). *The Blackwell Companion to Social Movements*. Blackwell Publishing, 2004, pp. 380-412.
- TARROW, Sidney. *O poder em movimento: Movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- TILLY, Charles. “Os movimentos sociais como política”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 3, 2010, pp. 133-160.

## WEBSITES:

- CARAZZAI, Estelita Hass. João Pessoa (PB) comemora o Dia da Prostituta com corrida de calcinhas. *Jornal Folha de São Paulo*, 03 de jun. 2010. Disponível (on-line) em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2010/06/745190-joao-pessoa-pb-comemora-dia-da-prostituta-com-corrída-de-calcinhas.shtml> (Acesso em: 16/03/2015)

- CUNHA, Ghyslaine. Lourdes Barreto: “Na prostituição, aprendi a ver que a sociedade tem muitos problemas, e eu não era a errada da história”. Hiroshi Bógea Blog, 11 jun. 2011. Disponível (on-line) em: <http://www.hiroshibogea.com.br/?p=16448> (Acesso em: 30/03/2013).
- AVAAZ. Direitos humanos das Prostitutas, população LGBTTT, usuários de drogas e outros segmentos vulneráveis à epidemia HIV/AIDS. Community Petitions, junho de 2013. Disponível (on-line) em: [http://www.avaaz.org/en/petition/Direitos\\_Humanos\\_das\\_prostitutas\\_populacao\\_LGBTTT\\_usuarios\\_de\\_drogas\\_e\\_outros\\_segmentos\\_vulneraveis\\_a\\_epidemia\\_HIVAIDS\\_1/?copy](http://www.avaaz.org/en/petition/Direitos_Humanos_das_prostitutas_populacao_LGBTTT_usuarios_de_drogas_e_outros_segmentos_vulneraveis_a_epidemia_HIVAIDS_1/?copy) (Acesso em 10/06/2013).
- GABRIELA. Sem vergonha de compartilhar a campanha censurada pelo ministro. Um beijo para Gabriela - Papos da Gabi, jun., 2013. Disponível (on-line) em: <http://www.umbeijoparagabriela.com/?p=2960> (Acesso em: 10/06/2013).
- ISER. “Quem somos”. Instituto de Estudo da Religião. Disponível (on-line) em: <http://www.iser.org.br/site/quem-somos/iser> (Acesso em: 05/01/2012).
- Jornal Beijo da Rua. Disponível (on-line) em: <http://www.beijodarua.com.br/> (Acesso em: 17/01/2012).
- Jornal online Estado MS. Disponível (on-line) em: <http://www.estadoms.com.br/site/>. (Acesso em: 19/02/2012).
- LENZ, Flávio. Encontro de putas fortalece movimento. 2010. Disponível (on-line) em: <http://www.beijodarua.com.br/> (Acesso em: 7/10/ 2011).
- Núcleo de prostituta Rosa Vermelho. Disponível (on-line) em: <http://neprove.blogspot.com/> (Acesso em: 19/02/2012).
- RÁDIO Netherlands Worldwide or Wereldomroep. Disponível (on-line) em: <http://www.rnw.nl/portugues/article/o-direito-%C3%A0-dif%C3%ADcil-vida-f%C3%A1cil> (Acesso em: 18/04/ 2011).